

ATA DA 319ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 10/07/2024

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

PAULO ROBERTO BELINELO

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

PAULO ROBERTO BELINELO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

IVETE CECÍLIA MARABELLO FESTINO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

MARCIONÍLIA NUNES DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

EDILEUZA CONCEIÇÃO SILVA LIMA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

MARIA DE FÁTIMA ALVES MARTA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

PEDRO ALÉM SANTINHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CIRLENE SOUZA MACHADO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

Representantes dos Movimentos Sociais e Comunitários

GABRIEL MOTTA SOUSA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JOSÉ LUIZ DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ALDENIRA DE AGUIAR AMARANTE – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Representantes dos Portadores de Patologia

CARLOS MIGUEL DE FREITAS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

SHEILA VENTURA PEREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

WALTER MASTELARO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

Representante da Pessoa com Deficiência

MÁRCIA LAUTON DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Representante dos Sindicatos Patronais

Representante das Centrais Sindicais

ROSILÂNIA CORREIA LIMA CARDOSO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes das Entidades Sindicais – Categoria Saúde

IVONILDES FERREIRA DA SILVA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ANTENOR GOMES GONÇALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

Representante das Entidades Sindicais Gerais

LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

Representantes dos Conselhos Função Fim

ROSEMEIRE SENA LOPES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

REINALDO CÉSAR YOSHINO DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

DURVAL RODRIGUES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

DANIELA MARTINS GALLI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

Representantes dos Conselhos Função Meio

Representantes da Associação dos Profissionais Liberais

NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representante da Universidade Pública

Representante da Universidade Privada

PAULO ROBERTO MARVULLE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Representante do Prestador Lucrativo

Representes Prestador Filantrópico

Representantes do Poder Público:

JOSÉ IVAN FERREIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

ÉRICA TIE MIAI – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
GABRIELA PINHEIRO TRAVAINI BARRETO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR
FILANTRÓPICO
PRISCILA PEREIRA TANCREDI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS LIBERAIS
NEUSA FUKUYA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CLÁUDIO APARECIDO COBOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E
COMUNITÁRIOS
CARLA GIANNA LUPPI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
BENEDITO ALVES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS POPULARES DE
SAÚDE CENTRO
IVANILDA RODRIGUES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E
COMUNITÁRIOS
MARIÂNGELA PACHECO COSTA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
VALÉRIA LUZIA FERNANDES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS
GERAIS
AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS
GERAIS
IVALDO SILVA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
MARIA LENI CLEMENTE DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MILTON COIFMAN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIA ISABEL RIBEIRO DE CAMPOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR
FILANTRÓPICO
MARIA DAS DORES LIMA SOARES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
FRANCISO ERNANE RAMALHO GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO
MEIO
NEUZA MARIA CÂNDIDO POLICASTRE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
POLIANA COLOMBO BALDIN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

ADÃO DO CARMO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE
SUDESTE
CLARISVALDO RÊGO MONTEIRO FILHO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO
POPULAR DE SAÚDE OESTE
JUSSARA SANTOS PEREIRA MACHADO DA SILVA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
NILCÉA ALVES GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E
COMUNITÁRIOS
ALEX WILLIAM SOUSA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E
COMUNITÁRIOS
JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
PÂMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA
ALEX RICARDO FONSENCA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
FÁBIANO DE OLIVEIRA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS
GERAIS
JOSÉ APARECIDO MAION – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
POLIANA COLOMBO BALDIN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – AAG

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Após verificação de quórum, inicia a reunião, cumprimentando a todos. Informa que a reunião está sendo transmitida ao vivo pelo Youtube. Estão no aguardo da presença do presidente do CMS, enquanto não chega, vai coordenar a reunião.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: Cumprimenta a todos e faz leitura da pauta.

Pauta:

A - Aprovação da Ata da 318ª Reunião Plenária Ordinária

B - Informes da Mesa;

C - Informes dos Conselheiros;

D - Informes das Comissões;

E - Ordem do Dia:

Apresentação do parecer do pedido de vistas do conselheiro André aos Termos de Compromisso da UPA 24h Rio Pequeno e da UPA 24h Vera Cruz;

Plano de Ação: Capacitação de Conselheiros – apresentação EMS;

Plano Municipal de Saúde 2026 – 2029 – ASPLAN;

F – Deliberações

Recomendação – Adesão do município ao Pacto Nacional de Prevenção ao Femicídio;

Solicitação das apresentações das prestações de contas quadrimestrais ao CMSSP de modo presencial;

Encaminhamentos da Comissão de Contratos, Parcerias de Equipamentos Credenciados ao SUS e Saúde Complementar pleiteando representação na Comissão de Avaliação das Minutas dos Contratos de Gestão (CAV) e na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução dos Contratos de Gestão (CAF);

Aprovar a criação da Mesa de Negociação para os Trabalhadores da Saúde terceirizados.

Pergunta se há inclusão de pauta.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Conforme consta em ata da 318ª Reunião Plenária do CMS, ficaram de fazer discussão a respeito do RAG/2023. Propõe que seja o primeiro ponto de pauta.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita inversão de pauta – Colocar a Ordem do Dia antes dos Informes dos Conselheiros.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Propõe as deliberações antes dos Informes.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: Consulta o Pleno sobre a aprovação da pauta com alterações propostas – aprovada.

Aprovação da Ata da 318ª Reunião Plenária do CMSSP – Aprovada.

Informes da Mesa – Substituições de conselheiros no segmento usuários, Movimento Social e Comunitário.

- Sra. Jussara Pereira da Silva – substitui Alexandre Bonfim França.

- Sr. Cláudio Aparecido Cobos – substitui Lúcia Rosa.

Também na Universidade Pública – UNIFESP, Sra. Carla Gianna Luppi.

Deliberações:

1-Recomendação – Adesão do município ao Pacto Nacional de Prevenção ao Femicídio:

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Essa questão foi discutida na Comissão de Saúde da Mulher. Traz consequências graves ao SUS – O município de São Paulo tem inúmeros casos de feminicídio. Números muito altos. Que a prefeitura passe aderir ao Pacto e o Estado também.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Consulta o Pleno – Aprovado. Faz adendo – Agradece às presenças dos Conselheiros Estaduais – Rubens e Dimitri – que levem ao CES essa adesão ao pacto.

2-Solicitação das apresentações das prestações de contas quadrimestrais ao CMSSP de modo presencial

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Consulta o Pleno – Aprovada.

3-Encaminhamentos da Comissão de Contratos, Parcerias de Equipamentos Credenciados ao SUS e Saúde Complementar pleiteando representação na Comissão de Avaliação das Minutas dos

Contratos de Gestão (CAV) e na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução dos Contratos de Gestão (CAF).

Pedro Além Santinho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Solicita esclarecimentos.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular representante da Associação dos Profissionais Liberais: Recebem as informações que os contratos estão vencendo. Na legislação há a sociedade civil representando. Gostaria que o CMS, como representação coletiva da sociedade civil, solicite vaga nas duas comissões, além dos convidados da sociedade civil.

Maria de Fátima Alves Marta, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: A Comissão de Avaliação só avalia a minuta do contrato, depois ela acaba. Querem acompanhar o passo a passo nos territórios. Enquanto comissão, entendem que esse é o momento de participarem elaboração desse contrato, verificando como é que é feito, como é que está, para depois acompanhar.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: Então são encaminhamentos solicitados. A gestão vai dizer sim ou não. Consulta o Pleno – Aprovado.

4-Aprovar a criação da Mesa de Negociação para os Trabalhadores da Saúde terceirizados.

Laudicéia Reis Silva Dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Já haviam pautado este tema. A ideia é que possam ter espaço para terem ouvidos. Questões salariais, condições de trabalho. Fizeram minuta de resolução – encaminhada para todos os Conselheiros. Considera importante que o apoio a esta resolução porque os trabalhadores terceirizados precisam ter espaço de discussão. Sabem que o ambiente é difícil, assediador muitas vezes. Que este Conselho aprove este documento. Fizeram a discussão na Reunião da Comissão de RH e saiu essa solicitação de aprovação.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Pergunta se todos receberam a minuta de resolução. Pede vista a essa Resolução.

Ordem do Dia:

- Documento da COFIN sobre o RAG/2023

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Declara que no último Pleno, compreendeu que ao aprovar o RAG com ressalvas e pela comissão ter encaminhado com antecedência, que as recomendações feitas pela COFIN seriam as ressalvas apresentadas e incluídas ao documento.

Parece-lhe que houve um desentendimento sobre essa questão. A COFIN fez algumas recomendações com relação a saldo bancário, com acompanhamento mais objetivo sobre saldo bancário, despesas institucionais, descarte de medicamentos e minuta de ofício a ser enviada a órgãos de controle externos para dizer que ao avaliar o instrumento de gestão, ficou um saldo bancário de 859 milhões de reais em 01/01/2024, supomos que uma parte desse recurso seja de folha de pagamento, mas uma parte desse recurso também seria de não contratação de equipe. E aí não houve o desconto dessas equipes no tempo do fechamento do ano do exercício orçamentário e que a Secretaria está fazendo uma reprogramação com esse recurso. Diz que único, que tem a capacidade de programar e reprogramar o orçamento no Brasil é a casa legislativa, a não ser que diga ao prefeito que o prefeito pode programar. Fizeram onze ofícios.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Pergunta se o documento será apresentado.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Questão de Ordem: Declara que todos receberam o documento. Mandou imprimir o documento completo. O conselheiro José Ivan faz parte da COFIN e se admira de fazer esse questionamento, porque participou inclusive na reunião ocorrida há quinze dias.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Quer pedir vista ao documento.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que não existe vista para um documento que foi aprovado na reunião passada. Que o conselheiro leu, ajudou a construir e aprovou. Fala ao Sr. Fábio Salles que é convidado da reunião. E se tumultuar a reunião será convidado a se retirar. Ele se manifestou porque considerou que o conselheiro José Ivan recebeu adjetivo pejorativo e não concorda.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Pede vista ao documento. O documento veio para a mesa e tem direito de solicitar. Declara que nunca usou termo pejorativo para ninguém. É preciso tomar cuidado com isso.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: A proposta de encaminhamento é, já que todos receberam o documento, tirar o logotipo da SMS, assinar e enviar a todos os órgãos. Os conselheiros que quiserem, podem assinar o documento, aceitando sugestão do conselheiro André, que vai imprimir e quem quiser assina. Vão encaminhar e aguardar o relatório de vista do conselheiro José Ivan.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Agradece.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: As avaliações foram aprovadas no Pleno passado. Quer saber se isso vai para o MS do jeito que foram aprovadas no Pleno passado.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que tem ali muita recomendação que não foi cumprida em 2023. Já é uma justificativa para a não aprovação do RAG 2024. Estão encaminhando para todos os órgãos competentes. Diz que não querem se indispor com a gestão, mas estão sendo obrigados a se indispor com a gestão. Declara ainda que nunca mais enquanto estiver aqui nesse conselho, vai aprovar alguma coisa com antecedência. Se o município for perder verba, porque não assinaram por conta disso, o usuário vai sofrer as consequências.

Passa ao próximo ponto – Apresentação de relatório de vista do conselheiro André termos de compromisso da UPA 24 horas Rio pequeno e UPA 24 horas Vera Cruz.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais Comunitários: Relatório de vista.

1-Processo de Habilitação da UPA Vera Cruz

Conselheiro: ANDRE ANCELMO ARAUJO

Função: Conselheiro Municipal de Saúde - São Paulo/SP

Data: 01/07/2025

1. INTRODUÇÃO

O presente parecer tem por objetivo apresentar a análise crítica da documentação submetida para habilitação da UPA Vera Cruz, em cumprimento às atribuições do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, conforme estabelecido na Lei nº 8.142/90 e demais dispositivos legais pertinentes.

A análise foi realizada após solicitação de vistas no último plenário, revelando uma série de irregularidades e omissões que comprometem gravemente a avaliação do processo. É fundamental destacar que a habilitação de uma Unidade de Pronto Atendimento 24 horas constitui decisão estratégica para o sistema de saúde municipal, que deveria ser precedida de consulta prévia e transparente ao Conselho Municipal de Saúde, conforme determina a legislação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A habilitação de Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA) está regulamentada pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017, que estabelece critérios estruturais e documentais específicos. Além disso, o § 1º do Art. 93 da referida portaria é explícito ao determinar que "a proposta para implantação da UPA 24h deverá ser previamente submetida à análise e aprovação do Conselho de Saúde", requisito fundamental que foi completamente ignorado pela Secretaria Municipal de Saúde.

3. ANÁLISE CRÍTICA DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Falhas Procedimentais Graves

Ausência de Consulta Prévia ao CMS: A mais grave irregularidade identificada é a total ausência de consulta prévia ao Conselho Municipal de Saúde sobre a implantação da UPA Vera Cruz. Esta omissão constitui flagrante desrespeito ao controle social e às prerrogativas legais do CMS, configurando violação direta ao § 1º do Art. 93 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017.

Lapso Temporal Inexplicável: Todos os ofícios foram assinados pelo secretário em novembro de 2024, mas apresentados ao CMS somente em julho de 2025 - um lapso de 7 meses que revela descaso com os prazos e processos democráticos de controle social. Esta demora injustificada levanta sérias questões sobre a gestão documental e o respeito aos trâmites legais.

3.2 Documentação Incompleta e Inadequada

Informações Essenciais Omitidas: A Secretaria Municipal de Saúde falhou em apresentar informações cruciais, limitando-se a fornecer apenas um boletim genérico de indicadores da atenção básica. Esta abordagem superficial impede uma avaliação adequada das condições reais de funcionamento da UPA.

Documentos Ausentes: Com base na Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017, identificam-se as seguintes ausências críticas:

- Relatório de visita que comprove a padronização visual da UPA 24h (Art. 82)
- Comprovação da implantação de protocolos de atendimento clínico e classificação de risco
- Plano de Ação Regional de Atenção Integral às Urgências ou sua apresentação efetiva ao CMS
- Fluxos estabelecidos entre a UPA e os componentes da rede de saúde (atenção básica e hospitalar)
- Declaração sobre exclusividade de aplicação dos recursos financeiros do Ministério da Saúde
- Ofício formal do gestor municipal solicitando a habilitação
- Cadastro CNES atualizado (dados apresentados são de 2024, defasados em 8 meses)
- Alvará de funcionamento fornecido pela PMSP
- Ata da CIB (Comissão Intergestores Bipartite)
- AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) válido e atualizado
- Declaração de equipamentos instalados conforme Portaria de Consolidação MS/GM nº 6 de 2017

3.3 Comprometimento da Transparência

A forma como o processo foi conduzido revela uma preocupante falta de transparência por parte da SMS. O CMS foi tratado como mero carimbador de decisões já tomadas, em vez de ser consultado previamente conforme determina a legislação. Esta postura autoritária compromete os princípios democráticos do Sistema Único de Saúde e desrespeita o papel constitucional do controle social.

3.4 Riscos para a Qualidade Assistencial

A ausência de documentos fundamentais impede a verificação de aspectos essenciais para a qualidade do atendimento:

- Inexistência de comprovação dos protocolos assistenciais
- Falta de evidências sobre a integração efetiva com a rede de saúde
- Ausência de garantias sobre a continuidade do financiamento
- Dados desatualizados sobre recursos humanos disponíveis
- Falta de comprovação da segurança estrutural (AVCB)
- Ausência de informações sobre equipamentos instalados

4. CONCLUSÃO

A análise da documentação apresentada para habilitação da UPA Vera Cruz revela um cenário alarmante de desrespeito aos procedimentos legais, falta de transparência e comprometimento do controle social. A Secretaria Municipal de Saúde demonstrou descaso com as atribuições do Conselho Municipal de Saúde, apresentando documentação incompleta e desatualizada, após um lapso temporal injustificável.

As falhas identificadas não são meramente formais, mas comprometem substancialmente a capacidade do CMS de avaliar se a UPA atende aos requisitos mínimos de qualidade e segurança assistencial. A ausência de consulta prévia sobre a implantação da unidade constitui grave violação legal que não pode ser negligenciada.

A postura da SMS revela uma concepção equivocada do papel do controle social, tratando o CMS como instância meramente homologatória, quando na verdade deve ser parceiro estratégico na construção de políticas públicas de saúde. Esta abordagem autoritária compromete os fundamentos democráticos do SUS e prejudica a qualidade da assistência à população.

Diante da gravidade das irregularidades identificadas, a documentação apresentada mostra-se absolutamente inadequada para subsidiar qualquer decisão sobre a habilitação da UPA Vera Cruz. É imprescindível que a SMS reformule completamente sua abordagem, apresentando documentação completa, atualizada e, principalmente, respeitando os trâmites legais de consulta prévia ao CMS.

A regularização não deve ser vista apenas como cumprimento formal de exigências burocráticas, mas como garantia fundamental de que a unidade estará devidamente preparada para oferecer atendimento de qualidade à população, integrada adequadamente à rede de saúde municipal e em conformidade com os princípios de transparência e controle social que regem o Sistema Único de Saúde.

Andre Ancelmo Araujo

Conselheiro Municipal de Saúde - São Paulo/SP

2- Processo de Habilitação da UPA Rio Pequeno

Conselheiro: ANDRE ANCELMO ARAUJO

Função: Conselheiro Municipal de Saúde - São Paulo/SP

Data: 01/07/2025

Assunto: Análise da documentação apresentada para habilitação da UPA Rio Pequeno

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento às atribuições do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, conforme Lei nº 8.142/90 e demais dispositivos legais, procedi à análise detalhada da documentação apresentada para habilitação da UPA Rio Pequeno, após solicitar vistas no último plenário.

A análise contemplou tanto a documentação formal apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde quanto as informações operacionais fornecidas pelo Conselho Gestor da unidade através do Ofício 001/2025, revelando contradições significativas entre os documentos protocolados e a realidade assistencial da UPA.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A habilitação de Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA) está regulamentada pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017 e demais normativas do Ministério da Saúde, que estabelecem critérios técnicos, estruturais e documentais específicos para garantir a qualidade e segurança do atendimento à população.

3. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

3.1 Documentos Protocolados

Foi fornecido um anexo contendo 215 páginas, sendo que da página 1 a 166 trata-se exclusivamente de educação permanente, acompanhado de declarações e termos de compromisso.

3.2 Análise dos Requisitos Legais

Segundo a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017, os documentos exigidos para habilitação de uma UPA 24h são:

Artigo 82 - Documentação Técnica:

PRESENTE: Comprovação da execução de atividades de educação permanente (páginas 1 a 166)

AUSENTE: Relatório padronizado de visita técnica que ateste:

- Padronização visual da UPA 24h de acordo com o Título IX da Portaria de Consolidação nº 1
- Implantação de protocolos de atendimento clínico, de classificação de risco e de procedimentos administrativos

PRESENTE: Declaração do gestor atestando conformidade com normas sanitárias vigentes

INADEQUADO: Inserção da UPA 24h no Plano de Ação Regional de Atenção Integral às Urgências (consta apenas declaração do secretário sobre a existência do plano, mas não há evidências de que a UPA foi efetivamente inserida no Plano, uma vez que este não foi apresentado ao CMS)

INADEQUADO: Comprovação da pactuação relativa à grade de referência e contrarreferência (consta declaração do Hospital Universitário da USP, mas não consta o fluxo estabelecido entre a UPA e o hospital, nem o fluxo com a atenção básica)

Artigo 93 - Compromissos Formais:

PRESENTE: Compromisso formal do gestor de prover equipe assistencial multiprofissional 24h

AUSENTE: Compromisso da implantação da classificação de risco no acolhimento dos pacientes

AUSENTE: Declaração do gestor sobre exclusividade de aplicação dos recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde

AUSENTE: Plano de Ação Regional de Atenção Integral às Urgências ou compromisso formal justificando a necessidade de implantação

AUSENTE: Comprovação de submissão prévia à análise e aprovação do Conselho de Saúde e CIB (§ 1º do Art. 93)

3.3 Outras Deficiências Documentais Identificadas

- Ofício do gestor municipal solicitando a habilitação
- Cadastro CNES atualizado (dados apresentados são de janeiro de 2025, com 8 meses de defasagem)
- Alvará de funcionamento fornecido pela PMSP
- Proporção de cobertura da atenção básica específica do território onde a UPA está implantada

3.4 Irregularidades Processuais

• Todos os ofícios foram assinados Entre janeiro e março de 2025, mas apresentados ao CMS apenas em junho.

• Duplicidade excessiva de informações, sugerindo estratégia de volume documental sem critério técnico

• Ausência de ata da CIB comprovando aprovação prévia

4. REALIDADE OPERACIONAL SEGUNDO O CONSELHO GESTOR

4.1 Déficit Estrutural de Recursos Humanos

Conforme Ofício 001/2025 do Conselho Gestor, a UPA Rio Pequeno apresenta graves deficiências operacionais desde sua inauguração em abril de 2024:

- Inauguração com déficit de 80 funcionários em relação ao dimensionamento necessário
- Impossibilidade de garantir equipe multiprofissional 24h conforme exigido pela normativa
- Sobrecarga extrema dos profissionais com impactos na qualidade assistencial

4.2 Demanda Desproporcional à Capacidade

- Evolução da demanda:
- Maio-julho 2024: 12.000 atendimentos/mês
- Março-maio 2025: 23.000 atendimentos/mês
- Crescimento de quase 100% da demanda inicial
- Taxa de ocupação crítica:
- 27 leitos com ocupação entre 122% e 152%
- Considerando apenas leitos adultos: até 181% de ocupação
- Indicador de colapso operacional

4.3 Protocolos e Fluxos Inadequados

O próprio Conselho Gestor reconhece "problemas ainda não resolvidos relacionados a protocolos e definições de fluxo de atendimentos", evidenciando:

- Falta de padronização assistencial
- Ausência de protocolos clínicos validados
- Fluxos inadequados à demanda real

5. CONTRADIÇÕES ENTRE DOCUMENTAÇÃO E REALIDADE

A análise revela contradição flagrante entre:

1. Documentação de Habilitação: Sugere condições técnicas adequadas
2. Realidade Operacional: Ofício do Conselho Gestor evidencia funcionamento precário desde a inauguração

Esta contradição compromete a veracidade das informações prestadas pela SMS e questiona a capacidade efetiva de cumprimento dos requisitos de habilitação.

6. IMPACTOS NA QUALIDADE ASSISTENCIAL

6.1 Riscos Identificados

- Comprometimento da segurança do paciente
- Riscos aumentados de erro médico e eventos adversos
- Conflitos crescentes com usuários devido ao atendimento inadequado
- Comprometimento da saúde ocupacional dos trabalhadores

6.2 Descumprimento dos Princípios do SUS

- Integralidade: Fluxos de referência inadequados
- Qualidade: Déficit de recursos humanos e protocolos
- Equidade: Sobrecarga compromete acesso universal
- Participação Social: Ausência de consulta ao CMS

7. RECOMENDAÇÕES

7.1 Medidas Imediatas

1. Suspensão do processo de habilitação até adequação documental completa
2. Exigência de apresentação formal do parecer do CMS sobre a proposta original
3. Comprovação efetiva da adequação do quadro de pessoal
4. Regularização das inconsistências documentais identificadas

7.2 Adequações Necessárias

1. Dimensionamento correto de recursos humanos
2. Implementação de protocolos assistenciais validados
3. Adequação da capacidade instalada à demanda real
4. Estabelecimento de fluxos de referência e contrarreferência efetivos

5. Apresentação do Plano de Ação Regional com inserção comprovada da UPA

7.3 Sustentabilidade e Governança

1. Plano financeiro consistente para manutenção da equipe
2. Compromisso formal do gestor com aporte contínuo de recursos
3. Estratégias de regulação da demanda
4. Mecanismos de monitoramento da qualidade assistencial

8. CONCLUSÃO

O processo de habilitação da UPA Rio Pequeno apresenta INCONSISTÊNCIAS GRAVES que impedem sua aprovação no formato atual. A documentação apresentada pela SMS não corresponde à realidade operacional evidenciada pelo Ofício 001/2025 do Conselho Gestor.

8.1 Síntese das Irregularidades

- Documentação incompleta em relação aos requisitos legais
- Ausência de consulta prévia ao Conselho Municipal de Saúde
- Déficit operacional de 80 funcionários desde a inauguração
- Taxa de ocupação crítica de até 181%
- Protocolos assistenciais não implementados
- Fluxos de referência inadequados

8.2 Parecer Final

INDEFERIMENTO da habilitação da UPA Rio Pequeno, com fundamentação em:

1. Descumprimento dos requisitos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017
2. Ausência de condições técnicas para funcionamento adequado
3. Contradição entre documentação e realidade operacional
4. Violação do princípio da participação social no SUS
5. Riscos à qualidade e segurança assistencial

8.3 Condições para Novo Protocolo

A reapresentação do processo somente será viável após:

- Adequação completa da documentação aos requisitos legais
- Correção das deficiências operacionais identificadas
- Consulta formal ao Conselho Municipal de Saúde
- Aprovação prévia pela CIB com apresentação de ata
- Comprovação efetiva da sustentabilidade técnica e financeira

A habilitação de uma UPA em condições operacionais inadequadas representa risco inaceitável à população e descumprimento dos princípios fundamentais do SUS, não podendo ser validada pelos órgãos competentes.

Parecer elaborado com base na análise documental e informações operacionais do Ofício 001/2025 do Conselho Gestor da UPA Rio Pequeno, em conformidade com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017 e demais dispositivos legais do Sistema Único de Saúde.

ANDRE ANCELMO ARAUO

Conselheiro Municipal de Saúde

Declara que leu todas as páginas enviadas pela gestão. Sugere que a área técnica apresente os documentos na Comissão de Políticas Públicas e Urgência/Emergência. Recomenda a não aprovação da UPA Vera Cruz. Na UPA Rio Pequeno, a análise seguiu na mesma linha – mandaram um documento de 215 páginas, mas da página um à página 166 é educação permanente. Considerou desnecessário. Desmotiva a leitura. Sua recomendação é pela não aprovação.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Passa a palavra ao Sr. Fábio Salles – Declara que nunca foram construídas tantas UPA quanto nessa gestão. Tem certeza que a população está utilizando essas UPA. Importante ter esses equipamentos. Importante saber a responsabilidade deste Conselho. Quem está lá na ponta teve realizado um sonho de ter um equipamento como a UPA perto de quem estão mais necessitados. Quem milita a favor da construção, sabe a importância de ter um equipamento tão necessário que é uma UPA para os usuários. Não aprovando uma UPA, o prejuízo é grande para quem utiliza esse equipamento. Deixa bem claro que é importante saber quais os documentos necessários. Solicita ser respeitado na sua fala.

A Secretaria quer fazer uma apresentação no que tange ao que seria necessário para a habilitação, que pudessem encaminhar as informações necessárias. Viria a área técnica, lembrando aos senhores que se não aprovar, vamos deixar de receber recurso federal, e quem será prejudicado são os usuários, deixando bem claro aqui. A gestão é que não estão deixando de informar ou de enviar qualquer tipo de documento, mas é importante que essa mesa saiba quais são os documentos necessários para habilitação de uma UPA. Por isso, a gestão está solicitando aos conselheiros presentes, representando a Secretaria neste quesito, a realização de um Pleno Extraordinário para apresentação dessa pauta, com a presença da gestão tirando todas as dúvidas. Se as UPA não forem aprovadas, deixam de receber recursos federais e elas já estão em funcionamento. A gestão não está deixando de informar ou de enviar qualquer tipo de documento.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Precisam aprovar ou não o relatório de pedido de vista do conselheiro André. O Presidente do CMS tem toda autonomia para convocar Pleno Extraordinário. Se ele desejar, convoca essa reunião.

Rosemeire Sena Lopes, Conselheira Titular representante dos Conselhos Regionais Função Fim: Sobre o documento, considera que os itens necessários foram bem apontados. Pergunta se há referência à Vigilância Sanitária. Quer saber se foram realizadas inspeções sanitárias necessárias. Se há equipe técnica verificando as instalações. Importante saber quem está fazendo os relatórios e se têm esses documentos.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Respondendo à conselheira Rosemeire, informa que há laudo sanitário assinado pela COVISA nos dois equipamentos. O que não tem é o AVCB em uma delas.

Pedro Além Santinho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Declara que é da região de uma das UPA, no Butantã, a Rio Pequeno. Solicita que fique registrado em ata que, ao contrário do que faz aqui, a incompetência nesse tema, e em vários que já se discutiu aqui, é claramente do senhor secretário da sua equipe técnica. A UPA já está inaugurada, o documento está muito claro com tudo isso. Por desprezo à saúde de São Paulo, ele não encaminhou esse pedido antes. Esse pedido tinha que ter feito antes da inauguração da UPA, então, diz que não sabe se é desprezo à saúde pública da cidade ou se é despreparo administrativo como gestor. Então, precisa ficar muito claro que não é o Conselho Municipal que está desaprovando algo já veio desaprovado porque está irregular. Então, ele precisa aprender a trabalhar e fazer alguns cursos. Passa a palavra à convidada Claudete da sua região.

Convidada Claudete, do Rio Pequeno: É conselheira do Butantã. Mora no Rio Pequeno. Declara que ficou surpresa com a fala do conselheiro André falando sobre os documentos que foram encaminhados pela UPA do Rio Pequeno. Gostaria até depois de conversar com ele ou com alguém, para levar esse documento para a Supervisão. A foi inaugurada para atender 12.000 pessoas ao mês, porque tinham antes o PS Band, beirando ali a Raposo Tavares. O PS Band está sendo demolido e só tem a UPA Rio Pequeno para atender toda a população do Butantã. Nós não temos nenhum hospital de porta aberta. O HU só

atende pessoas que vão de ambulância, que são encaminhadas da UPA. Faltam funcionários e hoje há uma demanda de 24 mil atendimentos/ mês. Então, quando ouve alguém falar que o pessoal está sendo negligente, é assustador. Convida os conselheiros com todo respeito, gostaria que fossem visitar a UPA, sentar e acompanhar o atendimento. Diz que há excelentes funcionários. Os médicos não querem trabalhar porque há muita briga. Estão faltando 80 funcionários. É assustador. Pede por favor, que revejam o que foi documentado. Podem completar isso. Precisam de apoio, precisam de ampliação. Não tem sala na UPA, não tem sala para fazer reunião de Conselho. A UPA entregue é UPA 2 e seria necessária UPA 3 para a região. Precisam resolver o problema das UPA que não possuem alvará. Precisam encontrar uma saída, resolver esse problema. Vocês precisam constatar a situação da UPA Rio Pequeno.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Adianta que dá voto favorável ao parecer do conselheiro André Ancelmo. Relata que fica contente com os registros das falas em ata da reunião. Há déficit de RH há muitos anos. Não tem como ter atenção à saúde com RH faltante, especialmente pensando que em um dos equipamentos a gente tem notícia da falta de mais de 80 pessoas. Então, está esperando a contratação. Diz que está até generoso, aceitando contratação como querem, terceirizadas, e desde que venha, está feliz. Considera importante destacar a forma como a gestão reiteradamente desrespeita o Conselho Municipal. Diz que não é preciso saber os documentos que precisam ser apresentados porque eles já estão na lei. Inclusive, foi esse o grande problema. A gente está apontando de acordo a lei. Os documentos não foram apresentados ao Conselho Municipal. Então, vale lembrar que esses documentos não foram também apresentados, porque a área técnica deixou de apresentá-los no período. A gente deu até o final do dia para que eles fossem enviados, eles não chegaram. Isso passou para um outro momento. A gente ainda tem essa documentação incompleta. Na verdade, quando se pensa na própria gestão, da administração pública, ela demonstra despreparo. O Conselho tem que fazer esse papel de dizer olha, a gente não consegue aprovar isso. A gente não consegue aprovar esse Plano. A gente tem um município imenso, que vai demandar saúde para qualquer coisa. O que for feito vai ser feito em grande quantidade. Agora, a gente tem cada vez mais acompanhado uma degradação do sistema de saúde; é equipamento pegando fogo, equipamento desabando. Acha que não tem como o Conselho fechar os olhos e aprovar esses documentos sem ter o mínimo de critério sobre tudo isso.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular representante da Associação dos Profissionais Liberais: Cita o Sistema de Saúde, desde 1986, na 8ª Conferência e diz que no município de São Paulo nós fomos muito além do que poderia acontecer. Já tínhamos em 1989, 17 prontos-socorros e foram criados nove hospitais novos; e hoje o governo federal vem mudando o sistema de melhorar a assistência hospitalar. Olhando para São Paulo, verifica-se que naquela época já tinha 17 PS e tinha 4 PA. Mudou o modelo para UPA para poder o governo federal ajudar na assistência e melhorar a condição de assistência. Mandou o modelo para UPA para que o governo federal ajudasse. Precisam se adequar para receber recursos federais. Precisam fazer as coisas de forma direita para deixar raízes e que ninguém venha mudar lá na frente depois. Concorde com o documento do conselheiro André Ancelmo e solicita que fique documentado.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Declara que está com problema na voz, não deveria nem estar aqui por ordem médica, mas está presente para falar da região. Convida todos a visitar a UPA Jaçanã. Está perfeita, não falta nada. Mas ninguém consegue ser atendido. Há muita agressividade. As pessoas chegam morrendo, precisam de medicação e não tem.

Precisam resolver os problemas e de documentação em dia. Que todos fiquem antenados em todos os equipamentos de saúde, porque dependendo das ordens que vêm, não vamos mais ter vagas nos cemitérios, concluiu.

Marcionília Nunes de Lima, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Passa a palavra para a convidada **Maria Helena, que deseja falar sobre a UPA Vergueiro**, que não está uma maravilha.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Esclarece que no momento não é ponto de pauta. Neste momento a discussão é sobre UPA Rio Pequeno e UPA Vera Cruz. No momento de informes de conselheiros você pede a palavra.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: A gestão faz proposta de Pleno Extra. Que seja deliberado pela Mesa. O conselheiro Paulo deu sua colocação de convocação pelo Secretário. Quer ouvir a opinião das pessoas aqui se querem o pleno ou não.

José Luiz dos Santos, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala da questão muito séria. Parabeniza à Comissão e em especial o Conselheiro André por ter lido e se debruçado sobre a documentação. Quanto a gestão, sugere que nosso amigo Fábio e o conselheiro José Ivan têm que se reunir para ver a pauta antes porque tumultua.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Explica que vêm alinhados para a reunião. Reclama que fizeram piada envolvendo seus nomes.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Pede silêncio e diz que se continuar assim, vai suspender a reunião pelo tumulto. Pede para o Sr. Fábio se acalmar. Sobre a convocação da reunião plenária extraordinária, é muito mais fácil o secretário marcar. Os convidados têm direito a voz, mas não devem se exaltar.

José Luiz dos Santos, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: **Diz que** tem pessoas convidadas aqui que ficam constrangidas por conta desse debate. Quem quiser se inscreva, peça a fala não ficar debatendo. Enquanto isso, prova que a gestão tem a questão de inaugurar UPA com rapidez por questão de eleição. Aí fica a questão da falta de RH em geral; inauguram muitas coisas, mas falta RH; na sua região mesmo existe mudança de funcionário.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que ainda não foram cumpridas as regras previstas pela OMS. O questionamento agora é aprovação de fazer encaminhamento às Comissões de Políticas e Urgência/Emergência para discutir e acompanhar. Consulta o Pleno – aprovado.

Diz que se o Secretário quiser, que convoque Pleno Extraordinário – Aprovado.

Que combinem com o conselheiro Pedro, que é o atual coordenador da Comissão de Políticas, façam reunião e se defina isso. No próximo pleno, a gente traz a discussão e espera que a documentação esteja em ordem. Espera que a equipe técnica acompanhe as reuniões das Comissões e que haja apresentação. Consulta o pleno: aprovado por unanimidade.

Próximo Ponto de Pauta– Plano de Ação – Capacitação de Conselheiros.

Como a Cláudia, da EMS não compareceu, explica que são *lives* que estão propondo com temas diversos que as regiões solicitaram. Que não substituam as capacitações presenciais.

Próximo ponto de Pauta: Plano Municipal de Saúde 2026 – 2029; ASPLAN não compareceu.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Explica que a Claudia da EMS está em período de férias. A ASPLAN está resolvendo problemáticas e não pode vir hoje também.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Explica que as *lives* terão início no dia 28 de agosto. Solicita que a Claudia da EMS seja convidada para o próximo Pleno.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Esclarece que o Pleno tem ciência desse assunto porque foi já colocado nos informes de Comissões pela Comissão de Educação Permanente.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Propõe iniciar a discussão do RAG 2024 no próximo Pleno. Prometeu ao Dr. Luiz Carlos Zamarco que fariam a discussão. Declara que a Comissão de Políticas de Saúde está fazendo e solicita o mesmo à COFIN, para que possam colocar na pauta do próximo Pleno. Lembra que esse mês é crucial para todas as comissões, ou renovarem ou decidirem por uma nova coordenação em cada comissão. No próximo Pleno, todas as comissões devem fazer apresentação aqui da sua coordenação.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Com relação à ausência da ASPLAN no Pleno, diz que estão no meio da construção do PMS. Ocorreram as conferências e este é o momento em que vão transcrever as necessidades e anseios dos territórios dentro do PMS. Até o presente momento não têm nenhuma informação sobre o Plano Municipal de Saúde. Já estamos no mês de julho e acha que ASPLAN chegará aqui lá pelo mês 9 e vai querer que a gente comece a acelerar, vão apresentar *power point* e culpar o CMS pelo atraso do instrumento de gestão, sem dar a possibilidade de construir juntos este PMS. Lamenta porque acredita que estejam, no CMS, num momento mais aplicativo, mais crítico, mais contributivo dos trabalhadores e da gestão também, quanto à participação nas comissões.

Tem bastante gente na ASPLAN, poderiam contribuir numa apresentação, numa concepção coletiva de qual será o caminho que esse Plano Municipal de Saúde vai traçar e quem ele representará, se os interesses legítimos daqueles que participaram de todo o processo, ou apenas o compromisso do prefeito, então, finaliza sua fala dizendo que se esse documento chegar muito em cima, impossibilitando análise, precisam reprovar com justificativa. Que seja consignada em ata sua fala. Elogia a elaboração das atas pela secretaria geral, pela fidelidade da transcrição. Com relação à não participação da ASPLAN, isso demonstra descompromisso, assim como a questão do relatório que trouxe, do não envio dos documentos que deveriam ter vindo. Não se deve pedir. Considera um completo desrespeito aos conselheiros, que estão aqui prestando serviço de relevância pública, gratuitamente.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Declara que não gosta de reclamar de áreas técnicas que não se apresentam, acha que em teoria, a SMS possui excelentes técnicos, mas pensando que a gente tem uma questão fundamental que é um distanciamento muito grande da execução do que é pensado nos territórios. Fala como participante da conferência, uma pessoa que esteve à frente da relatoria, acha que teve um resultado catastrófico. A Conferência é realizada pensando no planejamento de saúde para a cidade. Considera importante, mesmo que ASPLAN esteja presente, porque há muitas questões. Acha que o CMS falha na sua própria ação crítica, numa oposição quando necessário à Secretaria. Conferências nunca estão nos calendários. Foi relator anteriormente do RAG e recomendou pela reprovação.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Passa a palavra para o Sr. Fábio.

Fábio Salles: Declara que considera estranha essa revolta contra ASPLAN, que sempre esteve presente, nunca deixou de vir. Acha injustas as falas contra a ASPLAN. Houve duas conferências ao mesmo tempo, então as questões orçamentárias foram complicadas.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Passa aos Informes de Conselheiros

Marcionília Nunes de Lima, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: passa a palavra para a convidada **Sra. Maria Helena, conselheira da STS Sé:** Diz que a UPA Vergueiro tem vários problemas com a falta de funcionários, tempo de espera e falta de hospital de referência. O Hospital Bela Vista foi fechado e uma região com população de mais de 400 mil habitantes ficou sem hospital de. Trouxe documento com questão pontual da UPA Vergueiro. documento que foi entregue à Secretaria Geral do CMS.

No dia 29/05/2025, teve vistoria na UPA Vergueiro, com presença da Sra. Paulete, Coordenadora de Saúde Centro, do SR. Wagner Gonçalves, Supervisor Técnico de Saúde, Sr. Carlos de Paula, representante de enfermagem da STS, pela Secretaria de saúde, Sr. Lucas Sartori, da AFNE, vice-presidente da Organização Social. Os conselheiros não foram chamados. O resultado concreto dessa vistoria até o presente momento não foi divulgado ou apresentado. A situação da UPA é catastrófica. Convida os conselheiros para visitarem a unidade.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Explica que o documento será discutido na Comissão executiva e encaminhado para a comissão pertinente. Parece que há solução quanto ao hospital. O Tarcísio acompanha de perto o assunto junto ao Ministério Público.

Ivonildes Ferreira da Silva, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Passa a palavra para o convidado **Walney:** Fala sobre princípio de incêndio no Hospital Arthur Ribeiro de Saboya, no Jabaquara.

Ressalta o excelente trabalho realizado pelo Corpo de Bombeiros que evitou uma possível tragédia, uma catástrofe e calamidade que poderia ter ocorrido naquele hospital. Do qual é profissional de enfermagem. Ressalta a bravura e a coragem de cada trabalhador do hospital, que atuaram prontamente de modo a amenizar problemas, removendo pacientes, evitando algo pior. Pede salva de palmas ao Corpo de Bombeiros e aos trabalhadores do equipamento. Solicita Moção de Louvor e agradecimento aos trabalhadores e ao Corpo de Bombeiros. Que seja consignado em ata este seu requerimento.

Maria de Fátima Alves Marta, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Disse que, para surpresa do território da região Sul, a SMS está referenciando os pacientes do Hospital de Parelheiros, região que tem muitas dificuldades, é longe de tudo. Os conselheiros do hospital lutam para isso não acontecer.

Rosilânia Correia Lima Cardoso, Conselheira Suplente representante das Centrais Sindicais: Informa que o conselheiro Alex está de férias. No dia 04/07 houve discussão sobre trabalho escravo e trabalho do imigrante, na CISTT. O debate foi muito interessante. As Centrais Sindicais estão se organizando para a 5ª Conferência de Saúde das Mulheres, em Santos. Fizeram uma chamada da Conferência Livre, no dia 29 de julho, na Praia Grande, à tarde.

José Luiz dos Santos, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que está acontecendo realmente o que a conselheira Fátima citou. Já fechou o PS do Hospital do Grajaú que acarretou muitos problemas na região. Estão falando também de fechar o Pronto-Socorro do Balneário São José, que é outro absurdo e gostaria de deixar a conhecimento de todos o problema que tem no São Norberto do lado do Jardim Novo São Norberto, porém, as pessoas não são atendidas porque o lado do bairro pertence a outra STS, então, tem que ser 1 hora para ir e outra hora para voltar para a Chácara Santo Amaro e a estrada é terrível. Está acontecendo muitos problemas, já houve reunião aqui na SMS. Precisam fazer reforma. Se não tiverem resposta em um ou dois meses, vão solicitar inclusão de pauta.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que essa situação fere um dos princípios do SUS, o da universalidade, não importa a área de abrangência, ela se faz necessária, mas tem haver coerência. Se a minha área de abrangência é distante, não tem médico, a outra área é obrigada a atender.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular representante da Associação dos Profissionais Liberais: Quer fortalecer exatamente isso que estão falando pelo seguinte, hoje aconteceu, não com ela, mas estava presente na unidade, pois frequenta o SUS, frequenta a UBS e uma pessoa não foi atendida porque o CEP dela não pertencia àquela unidade. Foi uma pessoa humilde e ficou sem saber o que fazer.

Laudicéia Reis Silva Dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Cede a palavra para a convidada Ana Cecília: Relata que na última reunião da STS Sé, o supervisor colocou o CEO Viegas para OSS Vila Nova Esperança. Pede impugnação da votação. Requerem gravação da reunião do Conselho Gestor da STS Sé.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: O documento vai para Executiva e seguir o trâmite legal. A Executiva fará encaminhamento para comissão pertinente e será aberta a discussão no Pleno.

Sheila Ventura Pereira, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Informa que estão trabalhando a questão da saúde da população negra no estado e junto com área técnica. Conseguiram com a assessoria técnica do Ministério apresentação de uma live, no dia 2/08, para o Conselho Estadual e todos os conselheiros.

Apresentar a Política Nacional da Saúde da População Negra e a suplementação. A importância da suplementação é para desenvolver ações voltadas não só para a saúde da. População Negra, mas para outras etnias, como a de pessoas indígenas. Precisam ter dados, e a partir dessa live vão elaborar ações para trabalhar. Convida todos. Vai divulgar o convite. Na Comissão de Patologias e Saúde da Mulher estão organizando a Conferência Livre entre da Saúde da Mulher, de Patologias e Pessoas com Deficiências também. Assim que nós já estivemos com convite pronto, já confirma e compartilha com todos.

Edileuza Conceição Silva Lima, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Passa a palavra para a convidada **Edna:** Conselheira Gestora usuária da UBS Santo Estevão e da STS Mooca. Informa que possuem Informação sobre criação de novas UBS. Reivindicam UBS no Parque São Jorge no Tatuapé.

A UBS Santo Estevão tem área de abrangência enorme. Vizinhas são UBS Belenzinho, que tem grande demanda e a Penha. Existe a favela do Pau Queimado que utiliza a UBS Santo Estevão, mas é longe. Reivindicam UBS no Parque São Jorge no Tatuapé.

Fala da importância dessa criação da UBS próxima ao parque para desafogar a pressão tanto da Penha e do Santo Estevão. Solicita que sua fala seja registrada em ata.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Explica que o Conselho da STS precisa fazer solicitação a este Conselho para que possa acompanhar.

Fala que já foi aprovada a Comissão de Saúde Bucal, mas esta precisa da participação de conselheiros.

Informe de Comissões

Reinaldo César Yoshino de Lima, Conselheiro Suplente representante dos Conselhos Regionais Função Fim: Informa que já tem quórum para formação de Comissão de Saúde Bucal com paridade assim como a Comissão de Saúde Indígena. Vão iniciar os trabalhos.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Fala com tristeza do falecimento de Carla Carnevalle, que foi conselheira do Estado. Solicita 1 minuto de silêncio, em sua homenagem, que foi cumprido. Cláudia Carnevalle – presente!

Patologias e Doenças Raras – Sheila Ventura Pereira, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: A reunião ocorreu na última terça-feira. Houve apresentação, uma palestra muito importante sobre viver com doença autoimune. gostaria de compartilhar com esse Conselho. O tema da palestra foi “Viver com Doença Autoimune é Possível: Acesso, Informação e Esperança no SUS”, proferida por uma pessoa vivendo com várias patologias, inclusive uma delas é o lúpus. Ele tem cinco patologias diferentes e recentemente passou por uma experiência de colocar prótese no quadril e ele trouxe todos os serviços oferecidos pelo SUS. Foi muito interessante porque os usuários muitas vezes não conhecem tudo que é oferecido. Então, desde a UBS, as práticas integrativas, a questão do acolhimento em casa, a visita em casa, da área de saúde, foi uma palestra importante e com a linguagem de fácil entendimento para todos. É um instrumento que precisa compartilhar. A gente tem o SUS, que oferece o bom atendimento, mas devido à falta de informação e acesso a gente não usufrui. Outra questão também é, fariam a eleição da nova coordenação da Comissão, mas estavam sem a representação do trabalhador na comissão. Convida a todos para participarem da próxima reunião.

Comunicação – Reinaldo César Yoshino de Lima, Conselheiro Suplente representante dos Conselhos Regionais Função Fim: Reunião será segunda-feira.

Solicitam para ASCOM sugestões de novo logo do CMS, criação de perfil do instagram para o CMS. Que todos os coordenadores e adjuntos das comissões entrem no site para fazer descritivo ou corrigir se já tem da respectiva comissão. Vai colocar o link no grupo de whatsapp do CMS. Vão passar modelo.

Saúde Mental – Ângela Aparecida dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Informa que na coordenação da Comissão estão os conselheiros Auxiliadora e o Fabiano. tiveram três pautas na reunião – CAPS V. Maria e CAPS Santana passaram para Álcool e Drogas. Houve conversa com RH para verificar concurso com duas mil vagas.

Comissão de Álcool e Drogas – André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Lembra que no Pleno passado, até questionaram aqui o secretário, porque quando pediram algumas informações da área técnica, mandaram a gente procurar na internet. No outro dia, a área técnica enviou dez folhas, respondendo às perguntas formuladas. Diz que de certa forma, cobrar na frente está funcionando melhor.

Com relação ao dito pela conselheira Ângela, a discussão inicial era o CAPS Vila Maria, que vem sendo discutido desde 2024, mas identificaram uma situação do CAPS Santana, CAPS AD III, que está na placa, mas habilitado no MS como CAPS AD II. Há um conjunto de situações daquele CAPS que comprometem a segurança do trabalhador, a segurança do usuário e junto de outras situações. Aparentemente, um laudo da própria OS que administra o território dizendo que aquele prédio não tem condições de funcionar, de ter o CAPS ali dentro e que precisa de um novo espaço. Há uma discussão na área técnica e a necessidade de criação do quadro de profissionais se daria apenas com a locação de um novo imóvel. Diz isso porque como coordenador da comissão, diz que estão querendo seguir uma nova linha lá também. Olhar todos os CAPS que são habilitados junto ao Ministério da Saúde, recebem recursos do Ministério da Saúde se esses estão contendo os requisitos estabelecidos nas portarias de consolidação. Se não, vão tomar providências, com apoio dos conselheiros e conselheiras. Dia a este colegiado que ao mesmo tempo em que estão discutindo lá a política de álcool, drogas e outras substâncias, estão analisando objetivamente os critérios estabelecidos na política. A estrutura física, a composição do quadro de RH e tudo que diz respeito, e se não houver o encontro do suficiente precisarão de maturidade para dizer que precisam avançar. **mas** inicialmente, vão solicitar algumas informações, vão enviar alguns ofícios, vamos chamar a área técnica; contam com a colaboração da AGP para fazer essa interlocução da comissão com a área técnica. Precisam ilustrar essas questões

da própria comissão antes que a gente que tenha a necessidade de adotar uma medida um pouco mais objetiva, não diz drástica, porque está prevista lá na lei.

Querem convidar a Sra. Marta Machado, que é a Secretária Nacional de Política de Álcool e Drogas, que está no Ministério da Justiça, se ela teria dignidade para vir falar a respeito desse chamamento. Está aguardando resposta.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Declara que todos perceberam o tom da reunião de hoje. Cobrança e austeridade. Ele não está mais aqui, mas o Sr. Fábio citou ASPLAN. Declara que não tem dúvidas do comprometimento da ASPLAN com aquilo que eles pegam para fazer e tem dúvidas. A Miriam sabe muito bem o seu posicionamento. A ASPLAN tem obrigação de acompanhar o CMS em todo esse período do processo de elaboração do Plano Municipal de Saúde. Não tem dúvida alguma que se não está 100%, 95% ou mais já está pronto o PMS, prontinho lá. E aí fica difícil fazer uma discussão. Nós tivemos uma conferência recente. As propostas das deliberações que nós tomamos aqui, que tomaram na conferência, vão ser implantadas?

Tem que ser implantado. É por isso que vem falando e comentando da importância desse Grupo de Trabalho ou Comissão de Acompanhamento das Propostas da Conferência, porque se não, vai virar o que sempre virou as conferências, ficar discutindo o que nós pedimos lá na 8ª Conferência Nacional, na 10ª Municipal e assim sucessivamente.

Essa comissão de acompanhamento é fundamental para transparência e para o acompanhamento daquelas deliberações.

Enquanto conselheiros da UMPS, praticamente determinaram que os nossos conselheiros estaduais viessem aqui nessa nossa reunião para levar nossas demandas daqui lá para o Conselho Estadual; o Rubens coordena a Comissão de Políticas lá e pode muito bem fazer um link para o intercâmbio com a nossa Comissão de Políticas daqui, o Dmitri também, além da Comissão de Políticas, está na Comissão de Integração, pode fazer com a inter-intraconselhos aqui também bom relacionamento, e é isso que eles estão fazendo aqui. Eles estão aqui nos acompanhando de fato. A saúde mental está um caos e eles não chegam a um consenso. O CROSS, então nem se fala. É uma briga eterna e em tudo isso os dois podem auxiliar. Nós temos mais conselheiros lá, a Sheila faz parte a Cirlene faz parte, mas a gente faz questão que eles participem aqui. Eles estão sendo ouvintes para levar as reivindicações. Acha que hoje foi uma reunião bastante proveitosa, com bastante questionamento, com interferência, com até desavença, mas que deu para superar. A gente espera que essas reuniões sejam isso mesmo. Não podem

ficar de braços cruzados, esperando a banda passar, ficar aqui com nariz de palhaço. Precisam agir, não é só para falar e ver toda a verba do nosso município, verba do estado e a gente aí fica 10 dias, um ano, dois anos numa fila de espera e ouvindo sempre que tem experiência exitosa nas nossas unidades, nos nossos hospitais. Morreu gente na UPA Vergueiro recentemente. Há problemas em diversas unidades. Então, vão questiona sim. Convida aqueles que puderem, para irem ao MASP, no ato contra o 6X1. Encerra reunião. Agradece a presença de todos.

Encerrada a reunião às 16h36.

Conselho Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde, Rua Siqueira Campos, 176, -4 – Liberdade

CEP: 01509-020 - Telefones: 5461-8815, 5461-8816, 5461-8817, 5461-8818, 5461-8819, 5461-8821, 5461-8822

E-mail: - cmssp@prefeitura.sp.gov.br